

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Cumprindo determinações legal e estatutária, apresentamos as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear S.A. está autorizado a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focado em produtos de crédito, ofertando para pessoas físicas, especialmente crédito direto ao consumidor (CDC). Em menor escala, atua ainda no crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privadas e crédito pessoal. Para pessoas jurídicas concentra-se nos segmentos de pequenas e médias empresas, oferecendo recursos para capital de giro e desconto de recebíveis e ainda, fiança bancária. Capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por

Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Depósitos com Garantia Especial – FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras no mercado interbancário.

Em negociações que se desenvolveram desde o final do ano passado, a Diretoria Executiva do Banco Semear juntamente com o Conselho de Administração, iniciou nova estratégia de atuação no segmento de pessoas físicas, visando à captura de clientes através de acordo operacional com redes de varejo de pequeno e médio porte, com objetivo de aproveitar o potencial destes pontos comerciais *vis-à-vis* a disponibilização de produtos financeiros. Como resultado desta ação, observou-se a reversão do cenário operacional, passando a instituição a apresentar, já a partir do último trimestre de 2012, resultados operacionais positivos. Ainda, como resposta acerca da continuidade sadia e sustentável da operação do Banco Semear, além dos resultados operacionais positivos

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
Ativo circulante	248.333	345.153	Passivo circulante	94.690	136.400
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	456	659	Depósitos: (nota 12)	82.357	108.969
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)	2.666	38.420	• Depósitos à vista	3.448	4.768
• Aplicações no mercado aberto	-	35.625	• Depósitos interfinanceiros	10.245	8.702
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.666	2.795	• Depósitos a prazo	68.664	95.459
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)	52.991	21.192	• Outros depósitos	-	40
• Carteira própria	52.991	21.146	Relações interfinanceiras	2	-
• Instrumentos financeiros derivativos (nota 7)	-	46	Outras obrigações (nota 13)	12.331	27.431
• Relações interfinanceiras	801	1.179	Não circulante	232.610	294.871
Operações de crédito: (nota 8)	169.323	227.937	Depósitos: (nota 12)	222.468	285.811
• Setor privado	216.131	306.305	• Depósitos a prazo	222.468	285.811
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(46.808)	(78.368)	Outras obrigações (nota 13)	10.116	8.817
Outros créditos (nota 10)	20.477	40.076	Receitas antecipadas	26	243
Outros valores e bens (nota 11)	1.619	15.090	Patrimônio líquido	52.030	46.782
Não circulante	130.346	131.352	Capital social - De domiciliado no país	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez: (nota 5)	40.507	-	• Depósitos a prazo	79.896	51.596
• Aplicações no mercado aberto	40.507	-	Outras obrigações (nota 13)	10.116	8.817
Títulos e valores mobiliários: (nota 6)	-	39.203	Receitas antecipadas	26	243
• Carteira própria	-	38.068	Patrimônio líquido	52.030	46.782
• Vinculados ao Banco Central	-	1.135	Capital social - De domiciliado no país	-	-
Operações de crédito: (nota 8)	26.788	54.078	(nota 14)	79.896	51.596
• Setor privado	28.502	63.950	Prejuízos acumulados	(27.866)	(4.814)
• (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.714)	(9.872)			
Outros créditos (nota 10)	62.106	33.240			
Outros valores e bens (nota 11)	945	4.831			
Permanente	651	1.548			
Imobilizado de uso	285	640			
Intangível	366	908			
Total do ativo	379.330	478.053	Total do passivo e do patrimônio líquido	379.330	478.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2012 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucro		Lucros / Prejuízos Acumulados		Total
	Reserva Legal	Reservas de lucro	Reserva Legal	Reservas de lucro	
Saldos em 31/12/2010	47.392	3.973	31.075	-	82.400
Aumento de capital	4.204	-	-	-	4.204
Outros eventos:	-	-	-	-	-
• Reversão da reserva de lucros	-	(3.973)	(31.075)	35.048	-
• Prejuízo do exercício	-	-	-	(34.916)	(34.916)
Destinações:	-	-	-	-	-
• Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.946)	(4.946)
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	(4.814)	46.782	93.564
Saldos em 31/12/2011	51.596	-	(4.814)	46.782	93.564
Aumento de capital	28.300	-	-	-	28.300
Outros eventos:	-	-	-	-	-
• Prejuízo do exercício	-	-	-	(23.052)	(23.052)
Saldos em 31/12/2012	79.896	-	(27.866)	52.030	104.060
Saldos em 30/06/2012	66.596	-	(34.020)	32.576	95.152
Aumento de capital	13.300	-	-	-	13.300
Outros eventos:	-	-	-	-	-
Lucro do semestre	-	-	-	6.154	6.154
Saldos em 31/12/2012	79.896	-	(27.866)	52.030	104.060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Instituição iniciou suas atividades em 2 de outubro de 1995, sendo posteriormente adquirida pelos acionistas do Grupo Seculus, cuja homologação da transferência do controle societário ocorreu em 1º de fevereiro de 2006.

Está autorizada a operar como banco múltiplo nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Atua focada em produtos de crédito ofertando para pessoas físicas, notadamente, Crédito Direto ao Consumidor (CDC). Atua também no crédito consignado em folha de pagamento de entidades públicas e privada, crédito pessoal e mantém uma carteira de middle market para pessoas jurídicas, concentrada nos segmentos de pequenas e médias empresas, operando nas modalidades de capital de giro, desconto de recebíveis e fiança bancária. Capta recursos através de títulos de renda fixa, notadamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos com Garantia Especial - FGC (DPGE), garantindo rentabilidade, segurança e liquidez, bem como através de operações estruturadas com instituições financeiras, mediante cessões de créditos financeiros.

Reflexo das dificuldades conjunturais de todo o segmento das pequenas e médias instituições, em janeiro de 2012, o Banco Semear foi submetido a medidas de caráter prudencial pelo Banco Central do Brasil, na forma da então recém editada Resolução nº 4.019, de 29 de setembro de 2011, em face, especialmente, dos resultados de seus números patrimoniais apresentados quando do encerramento do trimestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2011. Todavia, e independentemente disso, a Diretoria Executiva do Banco Semear, em conjunto com o Conselho de Administração, começou a implantar nova estratégia de atuação no segmento de Pessoas Físicas, visando à captura de clientes através de acordo operacional com redes de varejo de pequeno e médio porte, com objetivo de aproveitar todo potencial ofertado por estes pontos comerciais vis a vis a disponibilização de produtos financeiros. Como resultado desta nova forma de abordar tal diretriz estratégica, o Banco fechou acordo operacional com a Rede Eletrosom S/A, com sede em Uberlândia/MG, com o propósito de explorar todo o "balcão" comercial com a oferta de produtos financeiros, além de ser o principal parceiro no financiamento dos clientes da mesma rede através do CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

Todas as ações imprimidas no decorrer dos anos de 2011 e 2012 culminaram na reversão do cenário operacional com o qual a instituição estava operando, passando a apresentar já a partir do mês de setembro/2012 resultados operacionais positivos, o que poderá ser verificado no decorrer dessas Notas Explicativas. Ainda em relação aos números patrimoniais, os acionistas do Banco Semear realizaram aporte de capital no montante de R\$ 28,3 milhões com objetivo de reforçar sua estrutura de capital, fazendo com o que encerrasse o ano com Patrimônio de Referência Nível I de R\$ 51,7 milhões versus R\$ 45,9 em Dez.2011. Desta forma, e diferentemente do apresentado no ano imediatamente anterior, fechou em Dez.2012 com Índice de Basileia de 16,10%.

De todo o modo, ao fim e ao cabo, os resultados apresentados no último semestre de 2012 confirmaram a continuidade assertiva da

estratégia do plano de negócios refeitos para o Banco, e vem demonstrando que as ações imprimidas trouxeram os resultados esperados.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e do Conselho Monetário Nacional, no que for aplicável.

Para fins de concentrar no fluxo operacional toda a atividade de intermediação financeira, as variações quanto às captações de recursos em depósitos foram transferidas da atividade de financiamento para a atividade operacional, na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012).

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Receitas e despesas
As receitas e despesas, bem como os direitos e as obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Conforme Resolução nº 3.604/2008 do Conselho Monetário Nacional incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras
São aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários
A Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, atendendo aos seguintes

observados neste último trimestre de 2012 e do aporte de capital no montante de R\$ 28,3 milhões acontecido ainda em Dezembro, que elevou o Patrimônio de Referência Nível I para R\$ 51,7 milhões e permitiu o fechamento, também em Dezembro de 2012, do Índice de Basileia em seguros 16,10%, em sequência à decisão dos acionistas do início de Março, no final deste mês o Banco Central do Brasil aprovou, conforme expediente BC-Deorf-GTBHO 01.926/2013, DOU de 01/04/2013, aumento do capital do Banco Semear da ordem de R\$ 20 milhões, primeira tranche de um aumento total deliberado de R\$ 40 milhões e que será implementado ainda neste ano de 2013. Essas ações farão com o que o Patrimônio Líquido da instituição venha a

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2012 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	2012	2012	2011
Recitas de intermediação financeira (nota 15)	64.092	115.481	152.171
Operações de crédito	59.806	104.847	144.253
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.286	11.109	8.416
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(475)	(498)
Despesas de intermediação financeira (nota 15)	(45.776)	(107.225)	(159.462)
Operações de captação no mercado	(14.954)	(35.528)	(54.069)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.822)	(71.697)	(105.393)
Resultado bruto da intermediação financeira (nota 16)	18.316	8.256	(7.291)
Outras receitas (despesas) operacionais (nota 16)	(9.247)	(47.468)	(54.048)
Receitas de prestação de serviços	1.145	1.817	2.588
Rendas de tarifas bancárias	4.178	8.917	12.360
Despesas de pessoal	(1.483)	(5.128)	(3.724)
Outras despesas administrativas	(18.029)	(52.719)	(65.404)
Despesas tributárias	(841)	(1.690)	(2.305)
Outras receitas operacionais	14.029	27.112	14.703
Outras despesas operacionais	(8.246)	(25.777)	(12.266)
Resultado operacional	9.069	(39.212)	(61.339)
Resultado não operacional	878	373	604
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	9.947	(38.839)	(60.735)
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro (nota 17)	-	(507)	(247)
Passivo fiscal diferido (nota 17)	(41)	(436)	24.594
Ativo fiscal diferido (notas 9 e 17)	(3.752)	16.730	1.539
	(3.793)	15.787	25.886
Participações estatutárias no lucro	-	-	(67)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício	6.154	(23.052)	(34.916)
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$	0,06	(0,33)	(0,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração de resultado.

ii. Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii. Títulos mantidos até o vencimento – Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

e. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

f. Outros valores e bens - Despesas antecipadas
A apropriação das parcelas de despesas com comissão sobre operações de créditos está de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

g. Imobilizado
É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do Imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

h. Intangível
Correspondente aos direitos autorais cujo objeto refere-se a bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

i. Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados. A composição das despesas antecipadas está apresentada na nota nº 11.

j. Depósitos e captações no mercado aberto
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.
A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados nas notas nº12 e nº15.

apresentar um número muito próximo dos R\$ 100 milhões quando do fechamento do balanço deste Exercício Social. Tudo isso como imediata resposta da gestão social ao aperto conjuntural verificado em todo o segmento de pequenos e médios bancos no país, permitindo a conclusão do acordo da recente estratégia de negócios implantada e do permanente e contínuo comprometimento dos acionistas da instituição com sua higidez, segurança e continuidade operacional. Reiteramos nossos agradecimentos aos acionistas pelo apoio demonstrado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestre findo em 31 de dezembro de 2012 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 - (Em milhares de Reais)

	Semestre findo em		
	2012	2012	2011
Fluxo de caixa proveniente das operações	6.154	(23.052)	(34.916)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercícios	6.154	(23.052)	(34.916)
Ajustes do resultado do semestre/exerc. com recursos provenientes de atividade operacionais:			
Depreciação e amortização	212	699	1.020
Provisão para devedores duvidosos TVM - Ajuste a valor de mercado s/ ações	30.823	71.698	105.393
Provisão (reversão) para créditos cedidos com coobrigações	(2.340)	(7.188)	(2.227)
Resultados com instrumentos derivativos (swap)	-	(2)	(51)
Provisão para perda na baixa de oper.credito consignado - Convênio	133	238	281
Provisão para impostos e contribuições diferidos	41	436	(1.539)
Provisão para passivos contingentes	794	1.675	1.765
Provisão para perdas em outros valores e bens	8	(1.033)	1.191
Provisão para créditos tributários	3.752	(16.730)	(24.594)
	39.577	26.741	50.940
Redução (aumento) nos ativos:			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(19.172)	(40.598)	(44)
Títulos e valores mobiliários	(2.207)	(3.478)	(23.216)
Operações de crédito	7.020	15.381	6.522
Outros créditos	(3.262)	8.389	(7.291)
Outros valores e bens	1.447	18.990	4.456
Relações interfinanceiras e interdependência	148	377	117
	(16.026)	(939)	(19.456)
Aumento (redução) nos passivos:			
Depósitos	(27.846)	(89.955)	(6.474)
Relações interfinanceiras	(727)	1	(2)
Outras obrigações	(21.821)	(11.064)	(24.249)
Varição nas receitas antecipadas	(58)	(217)	(92)
	(50.452)	(101.235)</	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

Aplicações no Mercado Aberto	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	40.507	35.625
Letras do Tesouro Nacional - LTN	40.507	15.608
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.666	2.795
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.666	2.795
Total	43.173	38.420
Total - Circulante	2.666	38.420
Não Circulante	40.507	-

6 Títulos e valores mobiliários

São representados, essencialmente, por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/2001, as LTNs, as LFTs e as NTN são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

Títulos de renda fixa	2012	2011
Carteira própria - Livres	52.991	59.214
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	8.717	24.471
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	31.044	19.055
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	13.230	12.114
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	-	3.574
Vinculados à Prestação de Garantias	-	1.135
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	1.135
Instrumentos financeiros derivativos	-	46
Operações de swap	-	46
Total	52.991	60.395
Circulante	52.991	21.192
Não circulante	-	39.203

Classificação por tipo de papel e vencimentos:

Papel	até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	5 a 15 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição/atuado
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	8.717	-	-	8.717	8.717
Letras do Tesouro Nacional	-	-	22.375	8.669	-	31.044	31.044
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	13.230	-	13.230	13.230
Total em 2012	-	-	31.092	21.899	-	52.991	52.991
Total em 2011	11.105	10.041	6.899	19.055	12.114	59.214	59.214

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos Instrumentos Financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (97,23%) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) (2,77%).

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é parte integrante das Receitas de Intermediação Financeira, conforme nota explicativa nº 15, e pode ser resumido na forma seguinte:

Operações com Derivativos	30.06.2012	30.06.2011
Mercado Futuro	(469)	88
- Mercado Futuro - DI	(513)	-
- Mercado Futuro - Dólar	58	-
- Mercado Futuro - Índice	-	-
Bovespa	2	88
- Mercado Futuro - DI - Day-Trade	(16)	-
Mercado Opções - Ações	(8)	62
SWAP - CDI x Pré	(2)	40
Total	(475)	190

As operações foram integralmente liquidadas durante o primeiro semestre de 2012, assim, não há saldos para o segundo semestre de 2012.

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação por risco de crédito

Níveis de Risco	% de Risco	31.12.2012	31.12.2011
AA	-	-	-
A	0,5%	146.242 (731)	208.227 (1.040)
B	1%	16.712 (167)	25.123 (251)
C	3%	18.116 (543)	22.595 (678)
D	10%	9.961 (996)	16.016 (1.602)
E	30%	4.716 (1.415)	9.065 (2.720)
F	50%	3.901 (1.951)	8.730 (4.365)
G	70%	7.554 (5.288)	9.821 (6.875)
H (i)	100%	37.431 (37.431)	70.678 (70.678)
Totais	-	244.633 (48.522)	370.255 (88.209)
Provisão Adicional	-	-	(31)
	-	(48.522)	(88.240)

Circulante .. 216.131 (46.808) 306.305 (78.368)
 Não Circulante .. 28.502 (1.714) 63.950 (9.872)

(i) Provisão adicional constituída para fazer face à eventual perda no recebimento de operações de crédito adquiridas do Banco Morada S.A., em intervenção, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20, I (Outras Informações).

A Instituição utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do artigo retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco.

b. Classificação por atividade econômica

Atividade econômica	2012	2011
Intermediários	216.131	306.305
Indústria	693	0
Comércio	5.972	5.185
Serviços	29.038	73.817
Pessoa física	208.930	276.925
Totais	244.633	370.255

c. Classificação por produto

Produtos	2012	2011
Capital de giro	32.636	75.386
Conta garantida	-	2.012
Crédito pessoal	52.709	113.626
Crédito Direto ao Consumidor	159.288	179.231
Totais	244.633	370.255

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 podem ser assim resumidas:

	2012	2011
Posição ativa:	2.666	2.795
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.666	2.795
Posição passiva:	2.697	2.867
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	2.697	2.867
(Nota 12)	-	-

Classificação por prazo

Prazos de vencimento	2012	2011
Vencidas	41.625	80.650
A vencer até 30 dias	29.984	43.726
A vencer de 31 a 60 dias	27.337	41.532
A vencer de 61 a 90 dias	19.196	27.888
A vencer de 91 a 180 dias	47.763	58.295
A vencer de 181 a 360 dias	50.225	54.214
A vencer após 360 dias	28.503	63.950
Totais	244.633	370.255

	2012	2011
Circulante 2012 // 2011	17.931 // 29.763	17.931 // 29.763
Não circulante 2012 // 2011	48.148 // 19.930	48.148 // 19.930

d. Classificação por prazo

	2012	2011
Carteira	2012	2011
% da	% da	% da
Carteira	2012	2011
% da	% da	% da

e. Cessões de crédito
 O Banco Semear, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010, do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativa e adiou o prazo para a adoção pelas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2012, quando a adoção dos procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros de que trata a Resolução nº 3.533/2008, do Conselho Monetário Nacional, tornou-se obrigatória, optou por manter, para fins de comparabilidade, os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas com outras instituições financeiras de acordo com a Circular nº 3.213/2003 do Banco Central do Brasil, uma vez que não efetuou operações de cessão de créditos a partir da vigência da mencionada Resolução nº 3.533/2008.

e.1. Com instituições financeiras
 Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dos contratos cedidos com coobrigação apresenta o montante de R\$ 23.404 mil (R\$ 66.776 mil em 2011), e encontra-se constituído o saldo de R\$ 4.955 mil (R\$ 12.144 mil em 2011) destinado ao provisionamento complementar para riscos de perda nas operações de crédito cedidas com coobrigação, em conformidade com critérios internos e definições da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 ("Outras obrigações") sob a rubrica "Provisão para passivos contingentes".

e.2. Com instituições não financeiras
 Neste exercício, foi realizada cessão de créditos, sem coobrigação, com FIDC não ligado, não integrante do SFN, no montante de R\$ 1.318 mil (R\$ 200 mil 2011). Foi apurado um prejuízo na referida operação de R\$ 16.804 mil (R\$ 12.131 mil em 2011), o qual é parte integrante do Resultado de Operações de Crédito. Os contratos objeto da cessão de créditos realizada referem-se a operações de crédito pessoal e de Crédito Direto ao Consumidor, vencidos há mais de 180 dias (níveis de risco "H" e baixados em prejuízo - "HH").
 A composição da cessão de créditos pode ser resumida da forma seguinte:

Cessões de crédito:	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
FIDC - Não Integrante do SFN - Não ligado:			
Sem coobrigação - Crédito Direto ao Consumidor	484	18.122	(17.638)
Sem coobrigação - CDC/EP - Risco HH	834	-	834
Total em 31/12/2012	1.318	18.122	(16.804)
Total em 31/12/2011	200	12.331	(12.131)

f. Outras informações de operações de crédito
 No curso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi baixado para prejuízo o valor de R\$ 106.741 mil (R\$ 43.548 mil em 2011) e recuperados R\$ 10.486 mil (R\$4.788 mil em 2011).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fiduciárias. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12 (Depósitos), parte da carteira de operações de crédito consignado, no montante de R\$ 12.623 mil (valor presente R\$ 10.694 mil), está garantido, mediante Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, captação de recursos na modalidade de Depósitos a Prazo.

9 Créditos tributários

Desde 2006, a Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, cujos montantes encontram-se devidamente registrados na escrituração fiscal da Instituição. Ressalta-se que os mencionados créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, com as modificações introduzidas pela Resolução nº 3.355, de 31 de setembro de 2006, ambas do Conselho Monetário Nacional, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 10 ("Outros créditos"), podendo ser demonstrados sinteticamente na forma seguinte:

	2012	2011
Base Negativa e Prejuízo		
Fiscal	812	1.561
Alíquota	25%	15%
Crédito tributário diferido atual	203	234
Ajuste no exercício	203	437
Constituído	2.864	4.639
Reversão	(2.661)	(4.202)
Ajuste no 2o semestre/2012	(2.661)	(4.202)

Diferenças temporárias:	2012	2011
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	149.362	149.362
Provisão para créditos baixados - C/C convênios	2.771	2.771
Provisão para créditos cedidos com coobrigação	4.955	4.955
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	969	969
Provisão para contingências em ações cíveis	2.781	2.781
Provisão para contingências em ações trabalhistas	658	658
Provisão para PIS em processo judicial	4.170	-
Base de cálculo	165.666	161.496
Alíquota	25%	15%

Crédito tributário diferido atual	2012	2011
Constituição acumulada	90.555	139.892
Realização acumulada	(49.137)	(74.249)
Ajuste no exercício	10.253	16.293
Constituição	21.423	34.173
Realização	(11.170)	(17.880)
Ajuste no 2º semestre/2012	316	450
Total de ajuste 2012	10.456	16.730
Total de ajuste 2011	15.459	24.594
Total geral em 2012	41.621	66.679
Total geral em 2011	31.379	49.693

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está prevista para um horizonte de tempo de longo prazo, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pela Instituição e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, preparado para a Instituição para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional da Instituição, resultado da contratação da empresa Integral Trust Serviços Financeiros Ltda. para assessoramento da reelaboração do planejamento estratégico que suporta o mencionado estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários, a saber:

	2012	2011
Realização do crédito tributário		
1º Ano	11.207	18.602
2º Ano	2.009	2.432
3º Ano	23.454	5.744
4º Ano	693	429
5º Ano	4.258	4.172
Totais	41.621	31.379

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes - CDI de 7,85% a.a. - está descontado de R\$ 9.920 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 57.159 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 42.939 mil em 31 de dezembro de 2011).

10 Outros créditos

O saldo do grupamento "Outros Créditos", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

Ativo circulante	2012	2011
Rendas a receber	-	91
Devedores - Conta liquidação pendente	-	92
Diversos	20.546	41.539
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	209	378
Créditos tributários - IRPJ e CSSL - Nota (a)	17.931	29.763
Impostos e contribuições a compensar (b)	191	2.813
Opções por incentivos fiscais	69	70
Devedores diversos - País	2.146	8.515
Provisão para perdas em outros créditos	(69)	(1.646)
Total	20.477	40.076

Ativo não circulante (realizável a longo prazo)

	2012	2011
Rendas a receber	2	-
Diversos	64.875	33.240
Adiantamentos diversos	17	127
Créditos tributários - IRPJ e CSSL - Nota (a)	48.148	19.930
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	5.220	-
Devedores diversos - País	1.597	2.358
Devedores por depósito em garantia	9.893	10.825
Imposto de renda	53	107
Contribuição social	205	205
COFINS (c)	4.934	4.714
PIS (c)	4.105	3.362
Recursos trabalhistas	139	2.411
Outros depósitos judiciais	457	26
Provisão para perdas em outros créditos	(2.771)	-
Total	62.106	33.240

(a) Vide Nota Explicativa nº 9, Créditos Tributários, para melhor detalhamento.

(b) A Seculus Crédito, Financiamento e Investimento S/A antecessora do Banco Semear impetrou em 11 de abril de 2006 Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012372-4, objetivando provimento jurisdicional, que determinasse ao impetrado que se abstenha de exigir dele o recolhimento do PIS e da COFINS incidentes sobre a totalidade das receitas por ele auferidas, sob o argumento de que tal parcela não pode ser enquadrada dentro do real conceito de faturamento, reconhecendo-lhe o direito à compensação dos valores pagos indevidamente nos últimos cinco anos, autorizando-o, ainda, a proceder ao depósito dos valores correspondentes em conta à disposição do Juízo, até o trânsito em julgado. Através de sentença proferida em 13/09/2006, concedeu-se a segurança reconhecendo a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, determinando à autoridade impetrada que se abstenha de exigir da impetrante o pagamento do PIS e da COFINS e declara o direito da impetrante à compensação dos valores pagos a título do PIS e da COFINS com parcelas vencidas e quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (Lei nº 10.637/2002), com a atualização monetária pela taxa Selic acumulada mensalmente, a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da

compensação, mais 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

A sentença transitou em julgado em 7 de fevereiro de 2012 e em 6 de fevereiro de 2013, através do despacho decisório nº 132 - DRF/BHE, foi deferido o "Pedido de Habilitação de Crédito Reconhecido por Decisão Judicial transitada em julgado" conforme proposto, processo 15504.731805/2012-47 e mandado de segurança nº 2006.38.00.012372-4 impetrado em 11 de abril de 2006, dando o direito à Instituição o reconhecimento dos créditos atualizado em 31 de dezembro de 2012 nos valores de R\$ 2.536 mil a título de COFINS e a R\$ 433 mil a título do PIS, totalizando R\$ 2.969. Assim, o valor foi reconhecido como parte integrante de "outras receitas operacionais", que se encontra melhor detalhada na Nota Explicativa nº 16a.

(c) A Instituição impetrou em 10 de março de 1999 Mandado de Segurança - Processo nº 1999.38.00.009554-7, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade da majoração da alíquota e do alargamento da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

13 Outras obrigações

O saldo do grupamento "Outras Obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	2012	2011
Passivo circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos	137	174
Fiscais e previdenciárias	442	921
Diversos	11.752	26.336
Cheque administrativo	17	20
Provisão para pagamentos a efetuar	202	198
Provisão para passivos contingentes	3.549	11.858
Credores diversos - País	7.984	14.260
Total	12.331	27.431
Passivo não circulante (exigível a longo prazo)		
Fiscais e previdenciárias	5.249	4.410
Diversos	4.867	4.407
Provisão para passivos contingentes	4.846	4.407
Credores diversos - País	21	-
Total	10.116	8.817

A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2012	2011
Fiscais e previdenciárias - Passivo circulante		
Imp. e contribuições sobre lucros-base correntes	-	86
Impostos e contribuições a recolher	442	835
Total	442	921

	2012	2011
Fiscais e previdenciárias - Passivo não circulante (Exigível a Longo Prazo)		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	945	854
Provisão para riscos fiscais (a)	4.304	3.556
Total	5.249	4.410

(a) Em 6 de julho de 2010, a Instituição foi notificada pela Receita Federal do Brasil acerca do Auto de Infração da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), correspondente ao período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009. Entretanto, o referido Auto de Infração foi tempestivamente impugnado no dia 4 de agosto de 2010, em face de estar eivado por nulidade, diante da sentença transitada em julgado exatamente nos termos pedidos pela Instituição no Mandado de Segurança - Processo nº 1999.38.00.009554-7.

O referido processo administrativo, registrado sob o nº 15504.011564/2010-54, foi julgado pela 1ª Turma da DRJ/BHE na Sessão do dia 18 de outubro de 2010 sob o Acórdão 29041/10, cuja decisão julgou procedente em parte o lançamento do Auto de Infração, a qual foi intimada em 21 de março de 2011. Da referida decisão, por sua vez, o Banco Semear S.A. interpôs, tempestivamente, recurso ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, situação que se encontra atualmente aguardando julgamento.

É importante considerar que a Instituição adota critérios conservadores quanto às estimativas e avaliações de contingências fiscais com base

	2012	2011
Contingências judiciais		
Depósitos judiciais		
Contingências trabalhistas	139	659
Contingências cíveis	-	2.781
Totais - Não circulante	139	3.440

Em 31 de dezembro de 2012, as contingências avaliadas, de natureza trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizavam R\$ 6.543 mil (R\$ 5.320 mil em 31 de dezembro de 2011).

A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser sumariada na forma seguinte:

	2012	2011
Credores diversos País - Passivo circulante		
Cobrança a liquidar	-	402
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	3.432	3.671
Contribuições para o FGC	272	330
Contratos de operações de crédito a liberar	1.625	1.411
Créditos a baixar de operações de crédito	2.192	3.004
Fornecedores diversos	242	333
Conta gráfica - Alienação ações Emblema (a)	-	4.846
Créditos a devolver de descontos consignados	216	234
Outros credores diversos	5	29
Total	7.984	14.260

	2012	2011
Credores diversos País - Passivo não circulante		
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	21	-
Total	21	-

(a) O saldo da conta gráfica decorria de evento superveniente ao Instrumento de Alienação das ações do Banco Emblema (denominação anterior do Banco Semear S.A.), originado em face de Acordo Judicial firmado no âmbito do processo: 024.00.020.098-0 na 26ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.

Assim, em 27 de junho de 2012, o referido saldo foi objeto de acerto financeiro a crédito dos acionistas compradores, restando somente concluir a alienação do imóvel permutado na negociação de imóvel recebido em dação em pagamento nos termos do Acordo Judicial retromencionado, cujo valor se encontra atualmente registrado no grupamento contábil do Ativo Circulante de "Bens Não de Uso Próprio" pelo montante de R\$ 800 mil.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social é de R\$ 79.896 mil (R\$ 51.596 mil em 31/12/2011), representado por 75.896 mil (47.596 mil em 31/12/2011) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.
Em 19 de julho de 2012, foi homologado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital deliberado em 27 de junho de 2012 pela Assembleia Geral de Acionistas no valor de R\$ 15.000 mil (15.000 mil ações).

b. Reservas
A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como pela reserva de retenção de lucros.
É importante ressaltar que o saldo existente no grupamento contábil de reserva de lucros foi integralmente absorvido pelo prejuízo apurado neste semestre.

c. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Basileia II)
Amparadas nos desdobramentos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), proposto pelo Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária, foram editadas pelo Conselho Monetário Nacional as Resoluções nº 3.380/2006 e nº 3.464/2007 que, respectivamente, tratam das estruturas de gerenciamento de risco operacional e de mercado. Posteriormente, o Banco Central do Brasil editou as Circulares nº 3.360 a nº 3.368, nº 3.383 e nº 3.389, todas de 2008, definindo as metodologias de apuração das parcelas de capital para a cobertura dos Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

Para a compatibilização desses requerimentos, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 3.444/2007, que define o Patrimônio de Referência (PR) e a Resolução nº 3.490/2007, que dispõe sobre a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II), vigente desde 1º de julho de 2008.

Os impactos desse enquadramento podem ser sumariados no quadro abaixo:

	2012	2011
Descrição		
Patrimônio Líquido Ajustado	75.081	81.697
Depósito em Conta Vinculada para Suprir Deficiência de Capital	-	-
(+/-) Resultado do Exercício	(23.051)	(34.916)
(-) Educação dos Ativos Diferidos	(362)	(908)
(-) Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR - Nível I	-	-
(-) Patrimônio de Referência Nível I	51.668	45.873
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência Total	-	-
(Nível I + Nível II) (a)	51.668	45.873

em informações de seus assessores jurídicos, de forma que considera remotos os riscos de eventuais perdas com o referido Auto de Infração, mantendo acompanhamento constante de sua defesa.

Ainda que remotos os riscos de perda no referido Auto de Infração, pelas razões retromencionadas, na hipótese absurda de um eventual insucesso da demanda, seus efeitos no Patrimônio da Instituição, na data de encerramento do exercício de 2012, representariam um montante de R\$ 34.824 milhões (R\$ 28.134 milhões líquidos dos efeitos tributários), bem como pela conversão em rendas da União do saldo de depósito judicial da COFINS demonstrado pela letra "b" da Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

Registra-se, por sua vez, que o montante do referido provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante, em 31 de dezembro de 2012, equivale a R\$ 4.105 mil (R\$ 3.421 mil em 31 de dezembro de 2011), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

Na composição da rubrica "Provisão para passivos contingentes" está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução CMN nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. No exercício, encontra-se registrada como parte integrante de "Outras receitas (despesas) operacionais" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$7.188 mil (R\$ 2.227 mil em 31 de dezembro de 2011).

	2012		2011		
Níveis de risco	% de risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
A	0,5%	17.823	(89)	48.134	(241)
B	1%	130	(1)	1.703	(17)
C	3%	296	(9)	1.922	(58)
D	10%	185	(19)	1.390	(139)
E	30%	88	(26)	1.334	(400)
F	50%	98	(49)	1.234	(617)
G	70%	74	(52)	1.291	(904)
H	100%	4.710	(4.710)	9.768	(9.768)
Totais (a)		23.404	(4.955)	66.776	(12.144)
Circulante			(3.549)		(11.858)
Não circulante			(1.406)		(286)

Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que a Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma seguinte:

	2012	2011
Provisões para contingências		
Depósitos judiciais reembolsáveis		
Ativo		
Contingências trabalhistas	139	659
Contingências cíveis	-	2.781
Totais - Não circulante	139	3.440

	2012	2011
Descrição		
Alocação de Capital (por risco) - Resolução nº 3.490/2007 - A partir de 01/07/2008		
Risco de Crédito (Pepr)	27.214	42.604
Risco de Mercado (Pjur)	2.802	601
Risco Operacional (Popr)	5.075	4.536
Risco Ações (Pacs)	0	0
Patrimônio de Referência Exigido (b)	35.091	47.701
Margem (a - b)	16.577	(1.868)
% de adequação da referência exigida (a/b) ..	1,47%	96%
Capital direcionado para operação da carteira de Banking - Rban (c)	217	327
Margem Final (a - b - c)	16.360	(2.195)
Índice de Basileia	16,20%	10,57%
Índice de Basileia Amplo (Rban)	16,10%	10,50%

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido (Basileia II) é de 16,10% (10,50% em 31 de dezembro de 2011), enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, a Instituição encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

15 Receitas e despesas da intermediação financeira

A composição das receitas e despesas da intermed. financ. no semestre/exercício podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

	2º Sem/2012	2012	2011
Receitas da Intermediação			
Operações	59.806	104.847	144.253
Rendas de empréstimos	14.028	34.267	87.417
Capital de giro	4.623	11.985	25.845
Conta garantida	1.150	289	998
Crédito pessoal	9.255	21.993	60.574
Rendas de títulos descontados	-	-	50
Rendas de financiamentos	38.941	78.235	58.944
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	38.928	77.942	57.685
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (CDCI)	13	293	1.259
Recuperação de créditos	7.459	10.487	4.788
Resultado da cessão de créditos	-	(16.804)	12.046
Despesa de cessão de créditos	(622)	(1.338)	(18.992)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:	4.286	11.109	8.416
De aplicações interfinanceiras de liquidez	2.213	5.331	4.194
De títulos e valores mobiliários	2.073	5.778	4.120
Rendas de títulos de renda fixa	2.645	6.314	4.562
Rendas de títulos de renda variável	-	6	3.922
Prejuízo com títulos de renda fixa	(1.068)	(1.068)	-
Ajuste positivo com títulos de renda fixa	496	526	(35)
Ajuste negativo com títulos de renda variável	-	-	(4.329)
Rendas de aplicações em Fundos de Investimentos	-	-	102
Resultado com instrumentos financeiros derivativos:	-	(475)	(498)
De operações de swap	-	2	52
De operações no mercado futuro	-	(469)	(625)
De operações com opções	-	-	-
Ações	-	(8)	75
Total	64.092	115.481	152.171

	2º Sem/2012	2012	2011
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado:	(14.954)	(35.528)	(54.069)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(342)	(773)	(1.063)
Despesas de depósitos a prazo	(13.789)	(32.983)	(50.930)
Despesas de operações compromissadas	-	-	(133)
Outras despesas de captação (FGC)	(823)	(1.772)	(1.943)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.822)	(71.697)	(105.393)
Total	(45.776)	(107.225)	(159.462)

16 Receitas e despesas operacionais

A composição das receitas e despesas operacionais no semestre/exercício podem ser demonstradas na seguinte forma:

	2º Sem/2012	2012	2011
Receitas (despesas) operacionais	1.145	1.817	2.588
Receitas de prestação de serviços:			
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	875	1.339	2.145
Rendas de garantias prestadas	269	474	441
Outras rendas de serviços prestados	1	4	2
Rendas de tarifas bancárias:	4.178	8.917	12.360
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	4.116	8.748	11.880
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	-	3	64
Receitas de confecção de cadastro - PJ	50	139	256
Receitas de transferência de recursos - PJ	7	16	34
Receitas de transferência de recursos - PF	4	6	115
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	1	5	11
Despesas de pessoal:	(1.483)	(5.128)	(3.724)
Benefícios	(244)	(490)	(464)
Encargos sociais	(311)	(553)	(536)
Proventos	(910)	(4.033)	(2.640)
Despesas de honorários de Diretoria	(18)	(52)	(84)
Outras despesas administrativas:	(18.029)	(52.719)	(65.404)
Comissões sobre operações de crédito	(7.263)	(30.343)	(41.549)
Despesas de marketing e publicações	(98)	(137)	(261)
Despesas de processamento de dados	(930)	(2.076)	(2.761)
Despesas de seguros	(38)	(92)	(157)
Despesas de serviços do SFN	(1.812)	(3.780)	(4.197)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.248)	(2.417)	(3.787)
Despesas de outros serviços de terceiros	(3.526)	(7.706)	(5.756)
Demais despesas administrativas	(3.109)	(6.168)	(6.936)
Total	(14.189)	(47.113)	(54.180)
Despesas tributárias:	(841)	(1.690)	(2.305)
Tributos federais	(574)	(1.148)	(1.514)
PIS	(368)	(748)	(927)
COFINS	(202)	(391)	(561)
IOF bancado	(4)	(9)	(26)
Tributos Estaduais	(3)	(13)	(29)
Tributos municipais	(264)	(529)	(762)
ISS	(255)	(517)	(735)
Outros tributos municipais	(9)	(12)	(27)
Outras receitas operacionais:	14.029	27.112	14.703
Recuperação de encargos e despesas	77	118	353
Reversão de provisões operacionais	2.619	8.508	2.326
Prov. para ops. de cred. cedidos c/coobrigação	2.341	7.189	2.257
Prov. p/desvalorização de outros valores e bens	-	1.041	67
Provisões p/passivos contingentes	278	278	2
Outras rendas operacionais	11.333	18.486	12.024
Comissão de permanência no recebimento de créditos	7.150	12.556	9.161
Multas no recebimento de créditos em atraso	822	1.959	1.767
Receita de repasse	142	213	653
Variáveis monetárias ativas (a)	1.675	1.903	286
Ressarcimento de Créditos PIS/COFINS (a)	1.485	1.485	-
Outras rendas operacionais	59	370	157
Outras despesas operacionais:	(8.246)	(25.777)	(12.266)

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

20 Evento subsequente

Em 6 de fevereiro de 2013, através do despacho decisório nº 132 - DRF/BHE foi deferido o "Pedido de Habilitação de Crédito Reconhecido por Decisão Judicial transitada em julgado" conforme proposto, processo 15504.731805/2012-47 e mandado de segurança nº 2006.38.00.012372-4, impetrado em 11 de abril de 2006, sendo que a sentença transitou em julgado em 7 de fevereiro de 2012. Assim, por se tratar de uma condição que já existia no exercício de 2012 e que somente foi deferido no ano de 2013, este evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis originou ajuste na posição de 31 de dezembro de 2012 e as divulgações foram atualizadas, conforme requerido pelo CPC 24 - Eventos subsequentes, sendo seus efeitos descritos detalhadamente nas Notas Explicativas nº 10b e 16a.

21 Outras informações

i. Em 28 de abril de 2011, o Banco Central do Brasil, através do Ato-Prezi 1.185, decretou a intervenção do Banco Morada S.A., a qual, em 25 de outubro de 2011, foi transformada em liquidação extrajudicial, através do Ato-Prezi 1.208.

Neste contexto, o Banco Semear possui operações de aquisição e cessão de créditos com coobrigação com a mencionada Instituição, as quais encontram-se inadimplentes, conforme quadro demonstrativo abaixo sumariado:

Em 2012	Valores a Receber	Valores a Pagar
Vencimentos	Aquisição de Créditos	Cessão de Créditos
Vencidos	-	2.579
Baixados em Prejuízo ..	13.131	-
	<u>13.131</u>	<u>2.579</u>
Circulante	-	2.579
Não Circulante	-	-
Conta de Compensação	13.131	-
	<u>13.131</u>	<u>-</u>
Em 2011	Valores a Receber	Valores a Pagar
Vencimentos	Aquisição de Créditos	Cessão de Créditos
Vencidos	2.693	2.101
Até 30 dias	321	24
De 31 a 60 dias	319	8
De 61 a 90 dias	313	4
De 91 a 180 dias	789	7
De 181 a 360 dias	1.740	-
Acima de 360 dias	6.952	-
	<u>13.127</u>	<u>2.144</u>
Circulante	6.175	2.101
Não Circulante	6.952	-
Compensação	-	43

ii. Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco Semear constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução nº 3.849, de 25 de março de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

iii. Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Semear S.A. mantém um sistema informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, para garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos da Instituição. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede da Instituição à disposição dos interessados, sendo que o relatório do ano de 2011 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no site de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

iv. Por sua vez, o Banco Semear constituiu estrutura para o gerenciamento de Risco de Mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional,

buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Neste sentido, a Instituição também promoveu um *upgrade* de seu sistema informatizado para garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2011 encontra-se à disposição dos interessados e publicados no site de Internet da Instituição, no seguinte link: <https://www.bancosemear.com.br/Banco/Paginas/GestaoRiscos.aspx?>

v. Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, a Instituição adotou as seguintes ações:

a. Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito

b. Definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito

c. Definiu a política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito.

d. Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

Conselho de Administração			Diretoria		Responsável Técnico	
Presidente	- Artur Geraldo de Azevedo	Conselheiro	- Ilvio Braz de Azevedo	Presidente	- Elcio Antonio de Azevedo	Contadora - CRC-MG: 48852
Vice-presidente	- Elcio Antonio de Azevedo	Conselheiro	- Jairo Siqueira de Azevedo	Vice-presidente	- Marcio José Siqueira de Azevedo	Maria Aparecida F. de Souza Costa
Conselheiro	- Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho	Conselheiro	- Marcio José Siqueira de Azevedo			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas do Banco Semear S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Em 30 de junho de 2012, a Administração reconheceu no resultado do exercício do Banco Semear perdas correspondentes a períodos anteriores, a saber: (i) despesas antecipadas relacionadas a comissões sobre operações de crédito, no montante de R\$ 3.822 mil, pagas à empresa relacionada pertencente ao grupo econômico do Banco, cujos serviços prestados não são limitados à intermediação de operações de crédito; (ii) valores correspondentes a pendências a regularizar, no ativo circulante, no valor de R\$ 2.972 mil; (iii) aumento da provisão para contingências, na rubrica "Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes - passivo não circulante", correspondentes a processos com expectativa de perda provável, no montante de R\$ 766 mil; (iv) reconhecimento de obrigação a pagar no montante de R\$ 7.989 mil, no passivo circulante, decorrente do não atendimento de *performance* estabelecida em Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros com a determinada Seguradora. Contudo, os ajustes citados estão em desacordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11, uma vez que eles foram integralmente reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, por este motivo, a comparabilidade dos saldos está comprometida. Assim, o prejuízo do exercício está reconhecido a maior no montante de R\$ 9.329 mil, líquido dos impostos.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos decorrentes dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do banco em 31 de dezembro de 2012, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1, a Administração do Banco Semear vem enviando esforços na execução do seu planejamento estratégico, implementando ações com objetivo de melhorar os resultados do Banco, bem como reduzir a influência do crédito fiscal sobre o patrimônio líquido do Banco. O sucesso dessas ações, bem como a sua execução por parte dos gestores do Banco, é considerado pela Administração como determinante para alcançar os resultados planejados e o equilíbrio operacional. As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios e não contemplam nenhum ajuste relativo à realização e reclassificações dos valores de ativos e quanto aos valores e à reclassificação de passivos que sejam requeridos na impossibilidade de o banco continuar operando.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 e nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias consideradas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012, registrados no ativo circulante e não circulante, totalizam R\$ 66.079 mil. O registro e a manutenção do referido crédito tributário estão condicionados à existência de resultados tributáveis futuros e à aderência de condições definidas em regulamentação do Banco Central do Brasil. Nesse contexto, o Conselho de Administração contratou serviços de consultoria especializada para avaliar os negócios do Banco e para apresentar um novo planejamento estratégico, considerando mudança de posicionamento estratégico e no foco do produto, na estrutura, no tamanho e na operação, objetivando a adequação de seu *core-business*. A realização dos respectivos créditos tributários dependerá do sucesso das ações que estão sendo adotadas pela Administração, bem como da

concretização das premissas estabelecidas no planejamento estratégico. Com base na avaliação da Administração, amparada pelos assessores externos contratados, não foi consignada nas informações financeiras nenhuma provisão no caso da não confirmação dos resultados positivos futuros. Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas e nosso relatório de auditoria, datado de 17 de agosto de 2012, continha ressalva sobre os seguintes assuntos: (i) ausência de controles suficientes que nos possibilitassem identificar os montantes relativos exclusivamente aos gastos com comissões sobre operações de crédito, classificadas no ativo circulante e não circulante que montavam em R\$ 11.345 mil e R\$ 4.831 mil, respectivamente; (ii) reconhecimento a menor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 3.292 mil, em função da melhora na classificação de risco de operações de crédito renegociadas; (iii) ausência de provisão para perda, no montante de R\$ 2.528 mil, correspondente a pendências a regularizar registradas na rubrica "Outros Créditos - Devedores diversos - País"; (iv) insuficiência de provisão para contingências judiciais, no montante de R\$ 1.239 mil; (v) reconhecimento a menor do passivo circulante e patrimônio líquido no montante de R\$ 7.989 mil, referente a não atingimento de *performance* estabelecido em Contrato de Estipulação e Comercialização de Seguros com a determinada Seguradora.

Belo Horizonte, 15 de março de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Antônio de Pádua Soares Pelicarpso
Contador CRC MG-027739/O-3